



# FINANCEIRIZAÇÃO E LUCRO EXTRAORDINÁRIO SOB O “BOOM DAS COMMODITIES”

---

Rodrigo Campos Vieira Lima  
*Universidade Federal da Paraíba*

## Resumo

O presente trabalho versa sobre as determinações econômico financeiras de nosso tempo que permitem aos grandes capitais internacionais se utilizarem das *commodities*, ou matérias-primas, para manter suas rotas de acumulação, concentração e centralização *apesar* da grave crise de lucratividade existente. Para tal, explanamos, inicialmente, os principais eixos que determinam nossa conjuntura e, em seguida, apresentamos de modo sistemático os mecanismos existentes na estrutura socioeconômica global que possibilitam o movimento supracitado dos principais capitais. A dimensão qualitativa da destruição socioambiental que a produção de *commodities* causa, como o caso da mineração de ferro no sudeste paraense, objeto de nosso doutorado ainda em andamento, não pôde ser tratada no presente artigo. Porém, sem termos ciência destes mecanismos gerais e seus sentidos na ordem econômica mundial não compreenderemos a força e a centralidade que este tipo de atividade possui contemporaneamente. Esperamos, com este trabalho, contribuir para a crítica da economia política de nossos tempos cada vez mais sombrios.

**Palavras-chave:** Financeirização. Commodities. Lucro extraordinário. Crise.

## ***FINANCIALIZATION AND EXTRAORDINARY PROFIT UNDER THE “BOOM OF COMMODITIES”***

---

## Abstract

The present work deals with the economic and financial determinations of our time that allow large international capitals to use commodities, or raw materials, to maintain their routes of accumulation, concentration and centralization despite the serious crisis of existing profitability. To this end, we explain, initially, the main axes that determine our situation and, then, we systematically present the mechanisms that exist in the global socioeconomic structure that enable the aforementioned movement of the main capitals. The qualitative dimension of the socio-environmental destruction caused by the production of commodities, such as the case of iron mining in southeastern Pará, which is the subject of our doctorate still in progress, could not be addressed in this article. However, without being aware of these general mechanisms and their meanings in the world economic order, we will not understand the strength and centrality that this type

of activity has today. We hope, with this work, to contribute to the criticism of the political economy of our increasingly dark times.

**Keywords:** Financialization, commodities, extraordinary profit, crisis.

### **INTRODUÇÃO: construindo nossa conjuntura**

Como nos apresenta Chiapellò e Boltanski (2009), a partir dos anos 1960, no centro do sistema social capitalista, o entrelaçamento da crise do fordismo, enquanto “modelo produtivo”, com a crítica social, que se expressou em uma irrupção de movimentos de contestação oriundos de trabalhadores e estudantes, produziu uma profunda transformação nos padrões da reprodução social até então consolidados. A necessidade de superar a tendencial queda nas taxas de lucro dos principais capitais monopolistas, somado aos anseios cada vez menos enquadráveis no modo de vida típico do fordismo construíram uma “tempestade perfeita” que abalou os pilares do arranjo social de então. A crise social que acometeu os principais países capitalista neste momento serviu de substrato para uma política de austeridade sobre os trabalhadores e uma alteração profunda no papel do Estado na reprodução ampliada do capital. Até então era uma prerrogativa do Estado no centro do sistema e, até certa medida, em seu “centro expandido”, minimizar o custo individual dos capitais para a reprodução da força de trabalho tornando público-estatal parcela considerável destes mesmos custos, tais como transporte, saúde, educação, aposentadorias, etc., bem como investir em setores que ajudavam a rebaixar o chamado “custo de produção”, ou seja, produção de matérias-primas, infraestruturas necessárias para a produção/reprodução, setor de créditos, etc. Esta função do Estado na reprodução global do capital se alterou profundamente. O conjunto dos serviços que minoravam os custos de reprodução da força de trabalho fordista se tornaram mercados potenciais para novas rotas de acumulação e, nesta medida, podemos afirmar que o neoliberalismo é um fruto indelével do chamado “Estado de Bem Estar”.

A necessidade de combater a tendencial queda na taxa de lucro nos capitais produtivos impelia, também, um avanço das políticas de austeridade contra os trabalhadores e contra as formas de contratação e representação dos mesmos até então. Iniciou-se, neste momento, a crise da “sociedade salarial” (CASTEL, 1998). Em uma rodada de contrarreformas jurídico-políticas realizada pelos principais países produtores de mercadorias, as terceirizações, as flexibilizações contratuais e a quebra dos ganhos salariais dos trabalhadores segundo os ganhos de produtividade do capital se fizeram presentes em todos os países e se somaram à difusão do discurso empreendedor como possível mobilidade individual na sociedade de classes. Não é demasiado ressaltar a profunda transformação que isto implicava à subjetividade da classe trabalhadora ao redor do globo. O conjunto das expectativas que até então eram determinantes no horizonte das justificativas entre o “sucesso” e a “falência” do cidadão-trabalhador fora implodido. A perspectiva da carreira fixa em um mesmo ofício, por exemplo, retirou-se do “leque” de opções comumente possível aos trabalhadores. Com a

quebra da relação entre aumento salarial e ganhos de produtividade do capital, o sentido alienante do salário (LEITE, 1978) desta fração do trabalho social perdeu força. O cenário fora agravado com as explosões sociais que ocorreram ao longo dos anos 60/70 em inúmeros países e que apresentavam expectativas mais amplas do que o arranjo anterior poderia suportar. A contradição entre este “anseio de futuro”, presente nas manifestações, e os “anseios de retirar direitos”, presente nos capitais e seus representantes, acabou por implodir os instrumentos de defesa dos trabalhadores que se estruturavam afinados com o padrão de acumulação anterior. Sindicatos e partidos políticos se viram inócuos para representar a radicalidade das transformações desejadas pelas manifestações e incapazes de frear os avanços do capital em retirar direitos. Estas organizações e instrumentos dos trabalhadores foram emparedados, de certo modo, entre ambos anseios, que desejavam a transformação do padrão social anterior e do conjunto de suas estruturas políticas consolidadas.

Entretanto estas transformações não alcançariam a condição de movimento hegemônico global e, portanto, de resposta *efetiva* e *de longo alcance* para o processo de acumulação global do capital, se não estivessem escoradas por outros processos econômico-sociais mais “profundos”, por assim dizer.

Por um lado, a constante diminuição da taxa de lucro junto ao crescimento exponencial do capital total operante no mercado mundial criou uma massa crescente de capitais superacumulados que precisavam de novas rotas para seu processo de valorização. Capitais que cada vez mais se imobilizavam na forma dinheiro. Este processo produzia uma “poupança mundial” de capitais “financeiros” dispostos a investir nos mais variados setores produtivos e países. A chamada “mundialização” do capital (CHESNAIS, 1998), ou “financeirização” da economia (OLIVEIRA, 2006) se fundamentou neste momento histórico (1960/70). Do ponto de vista da produção material, das alterações técnicas e tecnológicas, esta massa de capitais superacumulados propiciou um regular fundo de investimento em pesquisa e desenvolvimento e a posterior difusão destas tecnologias para o conjunto das esferas produtivas e suas cadeias de produção. (BARAN, SWEEZY, 1972). Estas transformações também implicavam em uma aceleração da rotação dos capitais e, portanto, em um aumento relativo de suas taxas médias de lucro, combatendo, neste sentido, a tendencial queda das mesmas. Este círculo virtuoso de desenvolvimento tecnológico produziu, até nosso momento, um processo de revolução tecnológica permanente e, com isto, alterou decisivamente a dinâmica do mercado mundial.

Por outro lado, especialmente a partir dos anos 80, uma nova divisão internacional do trabalho se estruturava com rodadas de exportação de capitais para países até então “periféricos”, como é o caso brasileiro e, especialmente, com a entrada da China no *rol* dos principais países produtores mundiais. (ARRIGHI, 2008) Se, inicialmente, a China adotou a estratégia de produzir produtos de baixo valor agregado com baixíssimos custos e, com isto, consolidou uma acepção do termo “made in China” (MACHADO, 2009), conforme cresceu sua acumulação interna ela passou a dirigir e incentivar a transição para investimentos em capital fixo das mais variadas gamas de setores produtivos consolidados globalmente. Com esta estratégia – somada a sua peculiaridade

histórica –, em poucas décadas, se transformou no principal país produtor mundial.

Por fim, outro aspecto importante de nossa conjuntura importante de ser levado em consideração é o permanente e irreversível processo de endividamento estatal ao redor do globo. Este aspecto, porém, só se torna compreensível tendo-se em conta o conjunto dos aspectos supracitados (crise do fordismo, transformação do Estado, a financeirização, a permanente transformação tecnológica, as transformações da divisão internacional do trabalho, etc.). O conjunto destas transformações obrigaram o Estado a assumir cada vez mais um papel econômico “insaldável”, uma vez que deveria arcar economicamente com a crise do capital e do trabalho. A dimensão dos “fundos públicos” dos serviços voltados para uma classe trabalhadora em franco declínio de direitos e condições de trabalho, além de frontalmente afetadas pela drástica transformação que as novas tecnologias causaram na produção e no trabalho, crescia na mesma medida em que lhe eram tolhidas as principais “fontes de arrecadação”. Estas foram pilhadas tanto nas vendas das empresas públicas e estatais quanto nas flexibilizações contratuais que retiravam cada vez mais as incidências da “seguridade social” dos mesmos contratos. O crédito internacional de “fácil acesso” permitiu que os Estados-nação enfrentassem esse dilema com uma (in)digna “fuga para frente”, compensando o desequilíbrio fiscal com dívidas, políticas de austeridade contra os trabalhadores e toda uma engenharia financeira voltada para garantir a acumulação dos principais capitais nacionais, evidentemente transnacionalizados. A irresistível alteração da divisão internacional do trabalho também obrigava uma nova transformação da estrutura produtiva existente na maioria dos países, mesmo no escopo dos “países centrais”, e esta transformação seria, obviamente, “financiada” por recursos públicos-estatais que não se envergonhariam de penhorar a si próprios afim de obterem receitas para executar essa transformação. Este conjunto de fatores produziu o fenômeno de endividamento permanente e irreversível dos Estados ao redor do globo. (STREECK, 2014)

Este conjunto de alterações (dos padrões de acumulação, das relações de produção e contrato da força de trabalho, da função e endividamento estatal, das transformações sociotecnológicas e da divisão internacional do trabalho), por sua vez, configurou um “novo” momento histórico que ora foi denominado, com foco maior sobre suas transformações político-jurídicas, como *neoliberalismo*, ora, com foco maior em suas transformações socioeconômicas, como *reestruturação produtiva*.

Alguns autores como David Harvey (2008), por exemplo, ensaiaram sínteses de conjunto dessas transformações como, no caso deste autor, é o conceito de “acumulação flexível”, enfatizando as características das transformações nos padrões e ritmos da acumulação em escala global. Se recorrermos à interpretação do filósofo húngaro Istvan Mészáros captamos outra alteração qualitativa fundamental para compreendermos nossa conjuntura – alinhando-nos com nosso tema principal que é produção de *commodities*. Segundo este autor, a lógica geral da produção capitalista que até meados do século XX se apresentava sob a chave da “destruição-produtiva”, se transformou na chave “produção-destrutiva” em que a dimensão destrutiva que as guerras, as sabotagens, os desastres, etc.,

apresentavam e que eram fundamentais para a contínua renovação e ampliação de mercados se tornava cada vez mais interiorizada ao próprio processo produtivo, expressa na obsolescência programada e nas montanhas de desperdícios de valores-de-uso. Este mesmo autor apresenta esta dimensão em uma "taxa de valor-de-uso decrescente", cada vez mais presentes no próprio ato produtivo. Esta dimensão *destrutiva* tornava-se cada vez mais central à produção/reprodução total do capital, afetando, por sua vez, a subjetividade de todo um tempo histórico. A aceitação de relações de produção e produtos cada vez mais *descartáveis* também contribuiu para uma vida cada vez mais "acelerada" e "descartável" pelos novos padrões e ritmos da acumulação em nossos tempos. As transformações e flexibilizações dos contratos de trabalho também ampliavam uma dimensão "descartável" da própria força de trabalho. (MÉSZÁROS, 2007)

### **Conjuntura e os sentidos das commodities no atual estágio da acumulação.**

Existe, como veremos, uma especificidade na produção das matérias-primas, ou *commodities*, dentro da totalidade da produção capitalista. Conforme se desenvolveu a produção global do capital, bem como sua produtividade absoluta, cresceu a parcela alíquota das matérias-primas em cada unidade de produto-mercadoria e é também maior sua parcela na estrutura do capital constante como um todo, ou seja, dos investimentos realizados em máquinas, estruturas, infraestruturas, etc. Justamente por sua centralidade na formação do valor do capital constante, as variações do valor e do preço das matérias-primas influem diretamente sobre a totalidade das taxas de lucro e, também por isso, tornam-se elas, um fator permanente no cálculo capitalista dos principais países industriais.

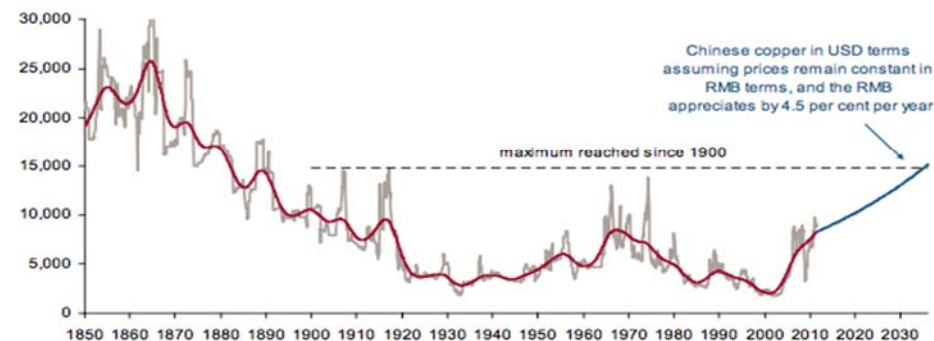
A própria Vale S.A. (antiga Companhia Vale do Rio Doce – CVRD) é expressão deste esforço permanente dos principais países industriais em manter baixo o preço e valor das matérias-primas:

Com o intuito de criar uma empresa estatal especializada na exportação de minério de ferro, os Acordos de Washington - com a maior parte dos investimentos na empresa sendo de origem britânica e americana - criaram a CVRD, agregando a seu patrimônio todas as jazidas de ferro que eram propriedade da Itabira Iron Ore Company. O governo norte-americano concedeu financiamento de US\$ 14 milhões através do Eximbank para a empresa comprar máquinas e equipamentos. A Vale do Rio Doce nasceu já umbilicalmente ligada ao mercado externo com o propósito de abastecê-lo com minério de ferro. Com um contrato de três anos, a empresa se comprometia a vender toda a produção de cerca de 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro para a Inglaterra e Estados Unidos *a preços abaixo dos praticados no mercado mundial*. (COELHO, 2015, p. 27 – grifos meus)

Este esforço combinado dos países centrais em estimular a produção e a produtividade de matérias-primas ao redor do globo que contribuiu para a queda constante dos preços dessas mercadorias no início do século XX; para sua estabilização no pós- 2ª G.M. até os anos 70; e para sua queda abrupta entre os anos 70-2000, como veremos nos gráficos abaixo:

**Exhibit 17: Real US \$ price of copper assuming constant RMB price and RMB appreciation**

US dollars per metric ton, deflated by US CPI, projection (grey line), assuming projected CPI of 2%

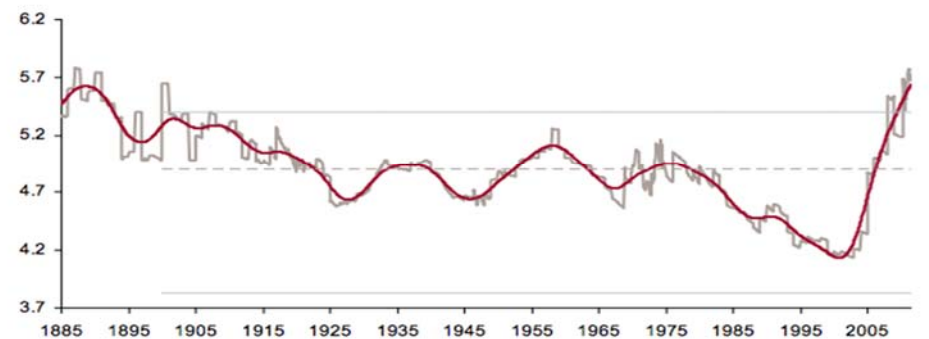


Source: the BLOOMBERG PROFESSIONAL™ service, IMF, GFD, Credit Suisse

**Figura 1** – Evolução histórica do preço do minério de cobre ao longo dos últimos 160 anos.

**Exhibit 10: Real Iron Ore Prices**

Deflated by US CPI, log scale with average, HP filter trend and 2 standard deviation limits, data till June 2011



Source: the BLOOMBERG PROFESSIONAL™ service, GFD, IMF, Credit Suisse

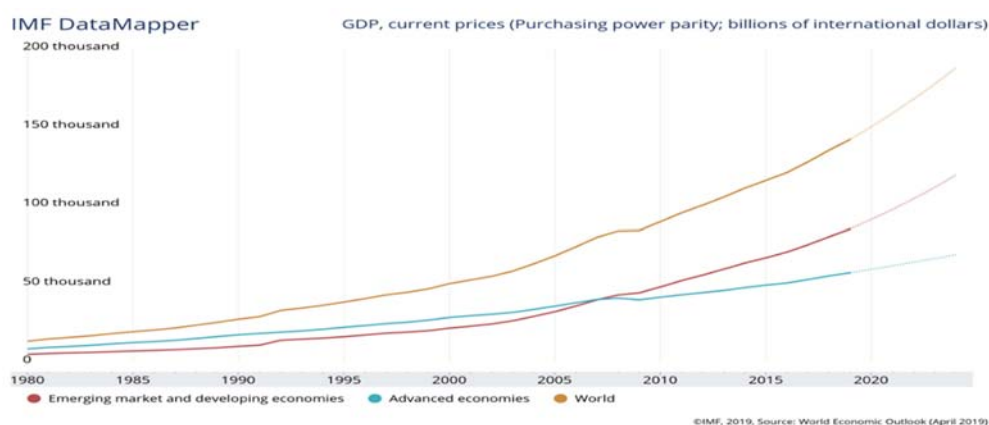
**Figura 2** – Evolução histórica das taxas de variação do preço do minério de ferro de 1885-2005. (Taxas em geral decrescentes).

Porém, como vimos na primeira parte, a crise de lucratividade dos anos 1970 alterou profundamente a organização societal desenvolvida no pós-2ª G.M. O circuito relativamente estável dos principais países industriais fora rompido por necessidades do próprio capital em contrabalançar a sua inerente tendência à queda da taxa de lucro, ou do lucro médio. A crise de lucratividade que se instalou na acumulação de capital dos principais países industriais, contra intuitivamente, estimulou o processo de industrialização de alguns países periféricos.

Ainda que seja difícil apresentar a justa dimensão, é certo que dos anos 70 para cá, portanto ao longo de boa parte do tempo em que as políticas neoliberais se tornaram hegemônicas, um ciclo de industrialização se realizou, especialmente nos países periféricos do sistema. A abertura econômica da China, os “tigres asiáticos”, a Índia, a África do Sul e os três maiores países da América Latina serviram de pouso para estes capitais migrantes.

Estas condições objetivas apontadas acima permitiram a consolidação deste estágio *financeirizado* da economia, em que literalmente o mundo passa a ser a “base real” da reprodução de muitos capitais. A transformação da dimensão internacional do capital e a subsunção de Estados nacionais inteiros aos principais e gigantescos capitais acumulados originalmente nos países centrais (a chamada mundialização do capital) só poderia se realizar sob a dominância financeira do sistema. Portanto, por “financeirização da economia”, ou “dominância financeira”, nos referimos a estas condições objetivas de controle mundial (de produção, reprodução e da acumulação), por poucos capitais, que se realiza devido tanto a natureza material da produção (o estágio das forças produtivas propiciado pela permanente revolução tecnológica), quanto devido a natureza do valor (sua superacumulação, a partição universal do capital em todas as atividades produtivas por meio de “ações”, o conseqüente “gigantismo” destes capitais e, por fim, sua inevitável crise de lucratividade).

Um paradoxo deste processo é que, na mesma medida em que o capital lança mão de suas estratégias para combater sua crise de lucratividade, indiretamente a agrava. Em termos de *massa* de riqueza é inegável que estes últimos 40/50 anos foram de um crescimento vertiginoso e exponencial, como podemos ver no gráfico abaixo:



**Figura 3** – Evolução do PIB mundial de 1980-2020.

Fonte: FMI em maio de 2019.

A Figura acima nos mostra que a riqueza mundial em dólares saiu de aproximadamente 20 trilhões, em 1980, para quase 150 trilhões em 2019. O



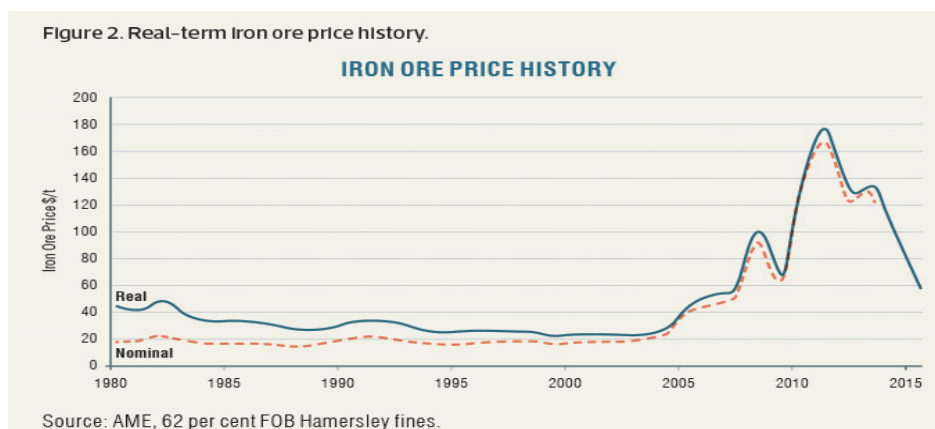
crescimento da massa de riqueza (expressa monetariamente) esconde, entretanto, uma baixa taxa de acumulação mundial que, a cada ano, se vê mais reduzida. Este crescimento se assemelha a uma função de crescimento exponencial e, justamente por isto, a massa necessária a ser acrescida à riqueza anterior, para se manter o padrão de acumulação, é progressivamente maior. Esta é uma das dificuldades inerentes à lógica da acumulação capitalista e é expressão do caráter *histórico* deste modo de produção.

Quando falamos, portanto, em crise de acumulação nos referimos a esta dificuldade crescente em criar uma massa cada vez maior de novo valor necessário para manter a acumulação global do sistema. Uma vez que está “tarefa” (em verdade é uma *necessidade* para a valorização do valor) torna-se cada vez mais *impossível*, o capital se utiliza de outros recursos para manter sua rota, especialmente a centralização e a concentração para manter a acumulação dos principais e maiores capitais operantes na totalidade do sistema. Como dissemos mais acima, o momento financeirizado da economia mundial possibilita que estes dois recursos supracitados (centralização e concentração) se desenvolvam estrondosamente justamente pela mobilidade e pelas condições objetivas contemporâneas de comando e controle sobre a produção e reprodução mundial do valor e da riqueza material.

É a própria crise de lucratividade que explica este esforço crescente em concentrar e centralizar, como compensação à queda permanente do lucro médio. É importante, também, neste momento da argumentação, frisar o caráter de classe da extração e apropriação da massa geral de lucro (de mais-valor) formada em determinado tempo histórico. Como vimos, a taxa geral de lucro, ou lucro médio, é inversamente proporcional à massa de lucro produzida pela totalidade do sistema. Isto significa que, apesar da queda do lucro médio, a massa total de lucro do sistema é cada vez *maior*. E, também por isso, cada vez mais a centralização e concentração forçada dessa enorme massa de mais-valor produzida é a principal finalidade dos principais capitais mundiais.

Como podemos ver no gráfico abaixo, os preços do minério de ferro vinham declinando desde a crise dos anos 1970 justamente para contrabalançar à queda da taxa de lucro nos principais países industriais do globo. Porém, a partir dos anos 2000, esta tendência se inverte bruscamente e um forte movimento de alta dos preços das *commodities* faz com que o minério de ferro saia de  $\approx$  US\$ 23/t para  $\approx$  US\$ 180/t, uma valorização de quase 900%:





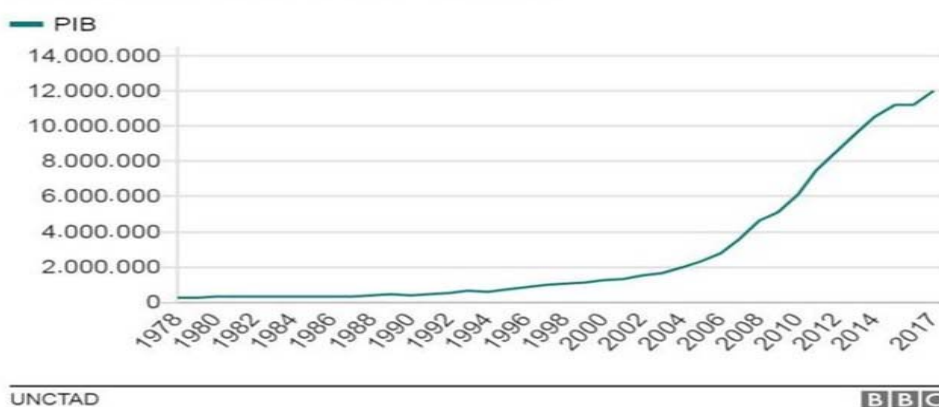
**Figura 4** – Evolução do preço real e nominal do minério de ferro. 1980-2015.

### A entrada da China no rol dos principais países produtores mundiais.

Este movimento de alta dos preços das *commodities* é incompreensível sem analisarmos alguns aspectos centrais de nossa atual conjuntura econômico política. O primeiro aspecto importante a ser analisado é a transformação do escopo dos “principais países industriais” mundialmente. Como dissemos, a crise de lucratividade que se abateu sobre os principais países industriais até os anos 1970 contra intuitivamente engendrou um forte movimento de industrialização de outras regiões do globo, especialmente na China. Como podemos ver no gráfico abaixo, o PIB chinês saiu de menos de 1 trilhão de dólares em 1978 para ≈ 12 trilhões de dólares em 2017, se aproximando dos 19 trilhões de dólares do PIB estadunidense no mesmo ano. Esta profunda alteração da produção e circulação da riqueza mundial se deu justamente pelas elevadas taxas de crescimento industrial da China ao longo dos últimos 30 anos.

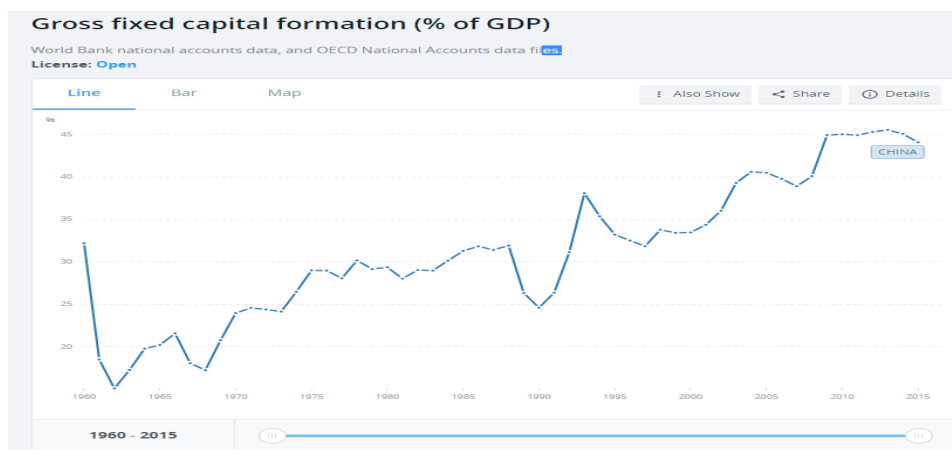
### A evolução do PIB chinês

(Em bilhões de dólares; valores de 2010)



**Figura 5** – Evolução do PIB Chinês. 1978-2017.

Se compararmos este gráfico do PIB chinês com o gráfico abaixo sobre o desenvolvimento da formação de capital fixo no mesmo país, expresso em percentual com relação ao PIB, teremos uma dimensão do estrondoso desenvolvimento industrial ocorrido:



**Figura 6** – Formação bruta de capital fixo no China em % do PIB. 1960-2015.

Fonte: Banco Mundial.

Somente para termos uma ideia, comparemos as duas séries históricas entre 2004 e 2015. Neste período o PIB Chinês saltou de  $\approx$  2 trilhões de dólares em 2004 para  $\approx$  11,5 trilhões de dólares em 2015. Se somarmos a massa total do PIB ao longo destes 11 anos temos aproximadamente uma massa de 52 trilhões de dólares do PIB, a média de formação de capital fixo (com relação ao PIB) foi de aproximadamente 43%, portanto, ao longo destes 11 anos a China investiu  $\approx$  22 trilhões de dólares em formação de capital fixo. Levando-se em conta que o PIB brasileiro em 2018 foi de  $\approx$  1,8 trilhões de dólares, isto significa que, ao longo destes 11 anos, a China investiu, por ano, mais do que o PIB equivalente à 8ª economia mundial apenas em formação de capital fixo. Isto representa, na prática, a estratégia elaborada pela China de se transformar no principal país industrial do globo.

Contava, para isso, com o controle altamente centralizado do Partido Comunista Chinês sobre uma força de trabalho gigantesca e de baixíssimo custo. O comprometimento do Partido Comunista em valorizar o valor, portanto, com a ordem do capital, era tamanho que elaborou uma estratégia de desenvolvimento dirigido (análogo em determinados pontos à Nova Política Econômica (NEP) realizada no primeiro quartel do século XX pelo Partido Comunista Russo), se utilizando, intensiva e extensivamente, da exploração da gigantesca força de trabalho local. Podemos (talvez!) imaginar a massa de mais-valor formada por este estrondoso desenvolvimento e, justamente por isso, a polarização dos interesses do capital, em geral, em se apropriar cada vez mais desta massa de mais-valor.

Inicialmente a diferença do custo de produção chinês (em comparação com o custo médio de produção, herdado do período anterior) permitia a formação de uma gigantesca massa de lucro extraordinário, que seria, obviamente, barganhada entre o Estado Chinês e os principais capitais mundiais de então – e, claro, a parcela do leão restaria nas mãos dos grandes capitais. Esta estratégia combinada ao longo destes 40 anos gerou, por um lado, um movimento de alta dos salários chineses (no sentido de equalizar-se com a média salarial mundial) e, por outro, um movimento de baixa dos salários mundiais (no sentido de equalizar-se com a média salarial da gigantesca massa de trabalhadores chineses). Por si só, este movimento afetou positivamente as taxas de lucro ao redor do globo.

Porém, como vimos nos gráficos acima, é essencialmente a partir dos anos 2000 que tanto o PIB quanto o investimento em formação de capital fixo se acentuam na China. Ainda que, de um modo geral, o plano de tornar-se o principal país industrial do mundo já estivesse relativamente consolidado no alto escalão do Partido Comunista Chinês, as condições que propiciaram este crescimento vertiginoso foram determinadas por outros aspectos da conjuntura internacional, o que nos leva ao segundo aspecto conjuntural a ser analisado: a crise econômica nos EUA.

#### **A crise de acumulação no principal país do sistema capitalista: EUA.**

O desenvolvimento industrial de inúmeros países periféricos (com suas volumosas remessas de lucro) bem como a dívida pública destas nações (outro forte mecanismo de concentração da riqueza gerada pela totalidade dos capitais de determinada nação em benefício dos “capitais portadores de juros” da dívida) bateram “no teto”, como mecanismo de contrabalancear a queda do lucro médio nos países centrais, nos anos 1980-90. A crise da dívida que assolou a América Latina e os países asiáticos nestas décadas demonstraram este limite.

O cenário mundial de abundância de recursos financeiros, porém, contribuiu para dois aspectos centrais da conjuntura estadunidense nos anos 1990-2000. Por um lado, está superabundância de recursos financeiros acelerou a queda das taxas de juros (uma consequência da própria queda tendencial da taxa média de lucro, que, no limite, regula a taxa de juros) operados nos principais países industriais do globo. Por outro lado, está superabundância de recursos financeiros, a juros baixos, estimulou, nos EUA, uma forte rodada de desenvolvimento tecnológico e, com isso, o florescimento de um mercado de empresas “digitais”, cujos papéis eram vendidos na bolsa de Nasdaq, e, que, neste momento, contribuíram para a acumulação de muitos dos principais capitais do mercado mundial. (BRENNER, 2003)

Este novo mercado que surgiu com a popularização das tecnologias oriundas da chamada terceira revolução tecnológica (informatização de inúmeros setores produtivos; transmissão quase instantânea de dados; comunicação mundial via internet; a automação e o controle remoto via satélite; a ampliação “virtual” do mercado consumidor; etc.), como é recorrente com os capitais que desenvolvem novas tecnologias, acabou por demandar uma massa de recursos muito além de sua capacidade de valorizá-los e, por fim, levou a uma quebra generalizada das

empresas de alta tecnologia na virada dos anos 1990 aos 2000. A crise da bolsa de Nasdaq é o resultado deste processo. Esta crise se tornou ainda mais aguda com o baixo crescimento da economia estadunidense no início dos anos 2000 e suas repercussões políticas foram intensas.

Uma vez saturado este mercado, estes capitais demandaram a construção de novos espaços para continuarem suas rotas de valorização. Como resposta a esta necessidade, o governo estadunidense – por meio da ampliação de sua própria dívida pública<sup>1</sup> – estimulou o mercado imobiliário, cuja forma de valorização, por “renda diferencial” ou “capitalização da renda fundiária”, permite um aumento rápido do preço médio da terra e, por consequência, da acumulação. Entre 2000-08 a valorização do mercado imobiliário americano construiu a bolha e a crise de 2008, cujos impactos e repercussões políticas foram ainda mais intensas que a crise de 2000.

Por outro lado, essa massa exorbitante de recursos financeiros (ampliados ao longo do *boom* das empresas “ponto com”) construíram as condições objetivas para o forte desenvolvimento industrial da China e, junto com este forte crescimento industrial, para uma série de recursos econômicos voltados para pilhar (ou seja, centralizar e concentrar em benefício próprio) o máximo do maior valor produzido pelo forte crescimento econômico chinês. Um momento deste processo de centralização e concentração forçada destes recursos foi popularmente denominado de “*boom das commodities*”.

### **Commodities e “lucro extraordinário” dos principais capitais ao longo do boom industrializante Chinês.**

A variação de preços das matérias-primas (especialmente de seus preços reguladores de mercado), como dissemos, afeta direta e indiretamente as taxas de lucro da totalidade dos capitais existentes. Por que, por um lado, afeta a *composição orgânica* do capital social total, diminuindo ou ampliando o lucro médio, e, por outro, devido ao permanente crescimento da parcela do valor das matérias-primas no produto-mercadoria unitário afeta os preços de mercado da *totalidade* das mercadorias. Porém, estas alterações dos preços reguladores de mercado não acontecem instantaneamente. Caso uma alteração geral da composição técnica do valor (a quantidade de horas socialmente necessária) tenha *efetivamente* ocorrido, ela leva um determinado tempo para tornar-se o novo preço médio de produção e, com isto, determinar as variações do preço de mercado. Neste ínterim, entretanto, a massa do lucro extraordinário dos capitais que produzem sob as condições mais favoráveis cresce por ser determinada pela *diferença* entre a produção sob as condições mais favoráveis e as condições médias. Quanto maior esta diferença cresce, *pro tanto*, a massa do lucro extraordinário possível.

Sob determinadas “conjunturas extraordinárias” os preços reguladores de mercado, ou preços médios de mercado, podem ser determinados pelos preços de produção sob as condições mais favoráveis ou desfavoráveis. Este processo é regulado pela relação entre o “abastecimento social habitual” e o *volume* da produção ofertada no mercado em determinado período. A estrutura

monopolista de determinados setores produtivos atenua a pressão dos “consumidores”<sup>iii</sup>, no sentido do “abastecimento social habitual”, sobre os produtores para fornecer a totalidade de suas mercadorias ao mercado e, ao mesmo tempo, em sentido inverso, cria uma possibilidade destes capitais produtores monopolistas influírem sobre os preços reguladores de mercado.

Cabe notar ainda que, nos setores altamente monopolizados da produção social, as oscilações entre as extremidades dos preços reguladores de mercado, ou seja, quando os preços médios são mais próximos às condições mais favoráveis ou mais desfavoráveis de produção, os principais capitais atuantes do setor acumulam em uma taxa acima da média social. Por um lado, enquanto os preços reguladores de mercado se encontram determinados pelas piores condições de produção (as mais desfavoráveis), ou seja, sob escassez da oferta e preços altos de mercado, acumulam massas gigantescas de lucros extraordinários e, em um segundo momento, concentram e centralizam a produção no momento de saturação do mercado e de abundância de oferta, um momento de quebra de empresas, em que os preços reguladores de mercado são determinados pelos preços de produção sob as condições mais favoráveis. Ambos cenários fortalecem a acumulação diferencial destes principais capitais atuantes nestes setores.

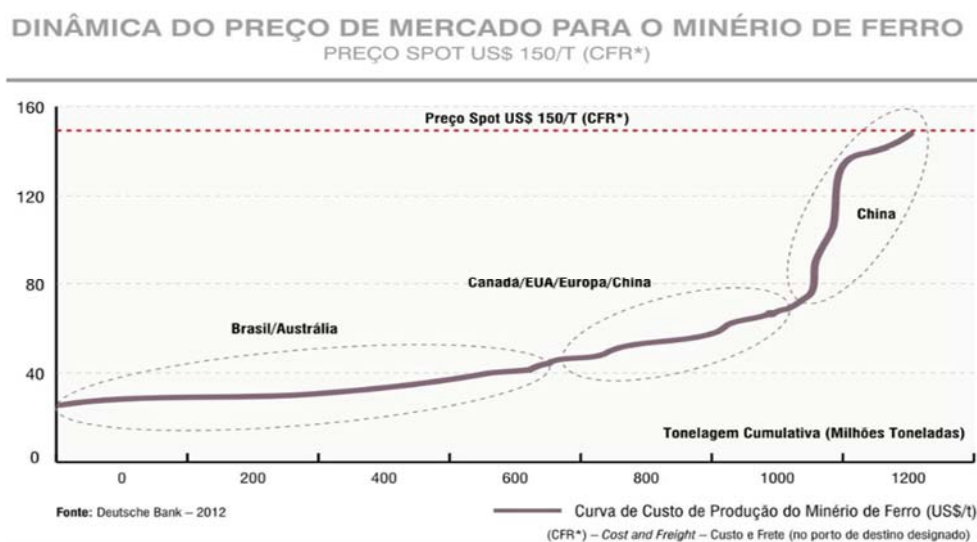
Como vimos, foi justamente a abundância de recursos financeiros a juros relativamente baixos que permitiu à China realizar o brutal investimento em formação de capital fixo ao longo dos anos 2000-17. Independentemente do comprometimento moral ideológico do Partido Comunista Chinês aos ditames do mercado e da valorização do valor, as bases sociais em que esta direção se assenta não são idênticas à formação empresarial contemporânea. Respondem, cada qual a seu modo, à diferentes bases sociais atuantes na reprodução total do valor. O caráter dirigido da industrialização chinesa pagou um alto preço ao mercado mundial, cuja hierarquia responde de modo mais ou menos fiel às demandas dos principais capitais atuantes.<sup>iii</sup>

Um dos mecanismos construídos para se apropriar de parcela da massa total de mais-valor produzida ao longo do crescimento industrial chinês, operava por meio do lucro extraordinário realizado pelos capitais produtores de matérias-primas ou, simplesmente, de *commodities*. A financeirização da economia possibilitou que os mais variados (em suas dimensões qualitativas e quantitativas) capitais pudessem investir no setor das *commodities*, criaram com isso rotas alternativas de valorização do valor que, de modo análogo à valorização imobiliária, conseguiram insuflar o valor e o preço dos ativos globalmente escassos, permitindo-os usufruir de rendas diferenciais da produtividade natural, bem como aumentarem especulativamente<sup>iv</sup> os preços de mercado destes ativos naturais.<sup>v</sup> Em contrapartida, do ponto de vista dos capitais monopolistas atuantes na produção de *commodities*, o estágio financeirizado da economia amplificou o seu poder de determinação sobre o preço regulador de mercado e, portanto, sobre a totalidade das taxas de lucro e de lucro extraordinário do sistema.

Contam para a massa possível do lucro extraordinário o intervalo de tempo em que o lucro médio discrepa do lucro extraordinário e a dimensão desta discrepância. A elasticidade dos preços de mercado, como vimos, pode ser alterada por fatores não vinculados à produtividade, tais como, por exemplo, a

massa de produtos a ser ofertada, ou não, pelos produtores em determinado momento. Este mesmo fenômeno pode ocorrer caso a demanda se amplie violentamente, como ocorreu, por exemplo, na década de 2000, quando a China investiu pesadamente em formação de capital fixo – decorrência da estratégia de se tornar o principal país industrial do mundo – e alterou a balança de exportação de inúmeros outros países exportadores de bens de capital, como foi o caso brasileiro. Por si só, a ampliação do mercado, afeta o preço regulador de mercado e, com isso, faz com que mesmo os capitais que produzem sob as piores condições possam ampliar a produção e, em seu extremo, determinem os preços reguladores de mercado.

Os preços de mercado do minério extraído na China, em 2012, eram os produzidos “sob as condições mais desfavoráveis” e beiravam os US\$ 160/t, enquanto o produzido no Brasil, “sob as condições mais favoráveis”, variavam entre US\$ 40/t e US\$ 50/t. Uma diferença aproximada em 4 ou 3 vezes menor:



**Figura 7** – Preço de produção do minério de ferro em 2012 de acordo com o volume e país.

Percebemos também, na Figura abaixo sobre a variação de preços do minério de ferro por tonelada como que os “preços de custo sob as piores condições” determinaram o preço regulador de mercado ao longo da década de 2010:



**Figura 8** – Variações do preço do minério de ferro ao longo da década de 2010. 2019 aprox. US\$ 120,00.

É, no mínimo, curioso que a variação absoluta do preço do minério de ferro tenha oscilado ao longo da década de 2010 *justamente* entre o intervalo estabelecido pelos produtores sob as melhores e sob as piores condições produtivas ( $\approx$  US\$ 160/t  $\boxtimes$  China; e  $\approx$  US\$ 40/t  $\boxtimes$  Brasil). No início da década de 2010 os preços reguladores de mercado se pautavam pela produção sob as piores condições. A massa de lucro extraordinário extraída ao longo deste período inicial, do ponto de vista dos capitais de maior produtividade, era cerca de 3 ou 4 vezes maior que o lucro médio auferido. Quando a situação do mercado se inverteu e chegou-se ao mínimo preço, os principais capitais, que produzem sob as melhores condições, puderam centralizar e concentrar parte da produção surgida no momento de alta dos preços. Portanto, em ambos cenários, os principais capitais operantes nestes setores alcançaram taxas de acumulação (lucro, centralização e concentração) acima das possibilitadas pelo lucro médio e, com isso, absorveram uma parcela maior do mais-valor produzido ao longo deste período.

Para além do jogo de “ganha-ganha” dos grandes capitais operantes, é interessante notar que esta oscilação não é fruto de uma revolução na composição técnica *média* da produção, mas, “simplesmente”, do poder social de pressão deste setor monopolista em insuflar a dinâmica dos preços reguladores de mercado. Os parâmetros da oscilação do preço da tonelada do minério de ferro demonstram que não houve transformação substantiva na produtividade média e, portanto, no preço médio de produção. Ou seja, a parcela do valor que compõe o “lucro extraordinário” obtido, veio da renda forçada que as *commodities* puderam cobrar do mercado chinês devido sua particularidade.

De fato, está conjuntura de alta dos preços das *commodities* não foi determinada por uma revolução na composição técnica destes setores produtivos. Estes setores, devido à necessidade, transversal no século XX, de reduzir os valores unitários das matérias-primas, ou seja, de aumentar a produtividade destes setores, geraram uma profunda discrepância entre as dimensões da sua composição orgânica específica com relação à composição orgânica média de todos os setores produtivos no mesmo período. O vertiginoso aumento dos preços das *commodities*, em oposição ao secular movimento de baixa no período



anterior, não pode, portanto, ser explicado por uma alteração na produtividade média destas mercadorias, que pressuporia uma *diminuição* de sua produtividade, mas, em contraposição, deve ser entendido como um resultado da estratégia dos principais capitais operantes no mercado mundial em concentrar e centralizar a riqueza (valor) produzida globalmente ao longo deste período, de intensa industrialização na China (e toda uma extensa cadeia de países periféricos), por meio da oscilação dos preços reguladores de mercado.

### **Conclusão. Crise de lucratividade, commodities e o caráter destrutivo do capital em nossos tempos.**

O caráter universal da produção de *commodities* expressa a dominação de classe do modo de produção capitalista, em que a totalidade de suas frações coadunam seus interesses, como em uma “confraria maçônica”, na exploração total (mundial) da classe trabalhadora. Todo este complexo mecanismo, em que a *totalidade* joga permanentemente, através de seus termos médios, constrói nossa conjuntura econômica. E, na medida em que a compreendemos, podemos nos orientar politicamente em maior ou menor grau.

Um primeiro aspecto a ser salientado é a utilização, por parte dos grandes capitais, de mecanismos que influem sobre o “capital social total”, construindo com isso recursos para acelerar a centralização e concentração de riquezas de seus próprios capitais. Apresentamos a utilização das *commodities*, tanto em sua particularidade natural (que possibilita uma renda diferencial), quanto em sua oscilação de preços reguladores de mercado, como um destes recursos. A “conjuntura excepcional” da economia brasileira ao longo dos anos 2000-10 só se torna compreensível tendo em vista estes interesses dos grandes capitais. O caráter fugaz (tanto da ascensão econômica brasileira, quanto de sua queda) demonstram a relação umbilical deste período com as flutuações das *commodities*. A velocidade de sua “ascensão” e de sua “queda” nos parece apresentar a dimensão contemporânea da mobilidade do capital e do trabalho. A aceleração desta mobilidade que este estágio financeirizado possibilita é tamanha que, virtualmente, transforma a economia brasileira, *como um todo*, em uma economia de enclave, devido sua potência primário exportadora. E, vale lembrar, a financeirização das *commodities* implicou em uma equalização radical dos preços destas mercadorias, com isso, além de termos uma clara “materialização” da transformação dos preços de produção em preços médios de produção, temos um mecanismo que afeta a *totalidade* dos mercados e capitais, por se tratarem de *commodities*, influenciando, por suposto, o mercado nacional dos países produtores destas mesmas *commodities*. Com raras exceções, os preços realizados no mercado nacional dos produtores de *commodities* são os estabelecidos *internacionalmente*, garantindo os lucros extraordinários deste setor em todos os países. É, portanto, um mecanismo que opera sobre o capital social total.

Em certa medida podemos dizer que os grandes capitais forjaram instrumentos que os possibilitaram manter suas rotas de acumulação *mesmo em um cenário de crise aguda da lucratividade*. Outros limites certamente se imporão com o tempo. Como também apresentamos ao longo do trabalho, as “saídas” elaboradas pelo

capital para combater a queda tendencial de sua lucratividade tendem, no final das contas, a agravar o problema que se almeja resolver. Pensamos que a polarização comercial recente entre EUA e China expressam o esgotamento desta fase de pilhagem indireta da massa de mais-valor produzida e realizada no gigante asiático. Como é natural ao desenvolvimento industrial, apesar de um forte crescimento contínuo por mais de 20 anos, a China apresenta sinais de esgotamento em seu padrão de crescimento, o que alterará profundamente sua relação com o mercado mundial. Provavelmente outras formas de intervenção externa se imporão ao regime político social Chinês.

Por outro lado, beiramos uma nova fase da revolução tecnológica, chamada “capitalismo 4.0”, ou quarta revolução tecnológica. As potências produtivas instauradas com a utilização de inteligências artificiais e a impressora 3D, em escala industrial, ainda estão sendo mapeadas, mas é ponto comum que haverá uma drástica redução de trabalho vivo nos principais setores produtivos. Isto, como não poderia deixar de ser, elevará a composição orgânica média do capital social total e, conseqüentemente, reduzirá ainda mais o lucro médio, ou a taxa geral de lucros. Uma vez que o “baixo custo da força de trabalho” já não é o único (e, quiçá, nem o principal) fator determinando à continuidade do desenvolvimento da acumulação dos capitais operantes nos “principais países industriais do globo”, a massa de novo valor acrescentado à gigantesca massa de capital acumulado será cada vez menor.

Tudo isto nos leva a pensar que a “cota-parte” de cada investimento de capital, a base orgânica de democracia interna à classe burguesa, cada vez mais se reproduzirá com grandes percalços e, como se sabe, “onde direitos iguais se confrontam, prevalece a força”. Os grandes capitais se utilizarão de todos os recursos disponíveis para que, mesmo com um lucro médio declinante, forcem, via concentração e centralização, taxas mais elevadas de acumulação própria, se apropriando de parcelas cada vez maiores da massa global de mais-valor produzido.

E mais, baseados na experiência apresentada pelo *boom das commodities*, podemos considerar que os principais capitais operantes do sistema não titubeariam em “estrangular” a taxa geral de lucros, ou o lucro médio, em benefício de sua própria acumulação, agravando, com isso, a queda do lucro médio e, conseqüentemente, o quadro de crise generalizada do sistema capitalista.

É curioso notar que, quando no surgimento da OPEP, o conjunto destes países periféricos foram duramente combatidos pelo conjunto dos “principais países industriais” desde seu surgimento, ao longo de “Yom Kippur”, da contrarrevolução islâmica no Irã, da guerra Irã Iraque, e somente cessaram após a consolidação de Israel (concessão, lembremos, oriunda dos Aliados) e da alteração da relação da Arábia Saudita com os impérios capitalistas ocidentais. O salto do “primeiro choque do petróleo”, em 1973, foi um salto de  $\approx 400\%$ , saindo de US\$ 3/barril para US\$ 12/barril; o “segundo”, em 1979, foi de  $\approx 260\%$  saindo de US\$ 13 para US\$ 34.

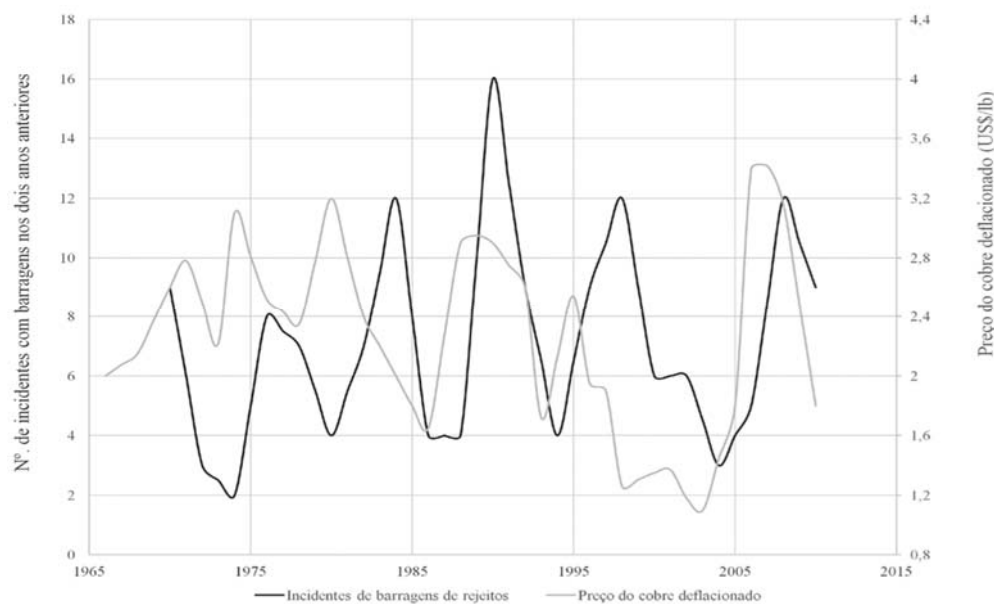
Porém, curiosamente, o último choque do petróleo, de  $\approx 500\%$ , saindo de  $\approx$  US\$ 28 para US\$ 145, sequer nos foi apresentado como “choque”. Ao invés disto, foi-

nos apresentado como *boom das commodities*. Muito provavelmente por que o “estrangulamento” do lucro médio afetava, ao longo deste último período, excepcionalmente a industrialização de toda uma cadeia de países periféricos e, dentre eles, do país que mais se industrializava no período e que, até poucas décadas, não compunha o circuito relativamente estável dos “principais países industriais”.

No caso específico da mineração no Brasil, especialmente a de ferro realizado pela Vale S.A. no estado do Pará, este sentido de “enclave” para a acumulação dos principais capitais internacionais torna-se evidente. A estrutura social do estado em questão demonstra como que o aumento vertiginoso da produção de valor e mesmo a receita crescente do estado não se transformam em “desenvolvimento” real das condições de existência para enorme maioria da população local. O sequestro das decisões do Estado brasileiro e do poder público local também demonstram que o sentido desta produção é heterônomo, ou seja, não possui um sentido comum à estrutura social local e respondem diretamente aos anseios de acumulação, concentração e centralização dos principais capitais internacionais. O caráter destrutivo desta produção, em termos sociais – uma vez que desloca inúmeras etnias indígenas ainda existentes na região, produz um fluxo migratório irracional e predatório em toda a região, invade e gera conflitos com inúmeros assentamentos e pequenos produtores locais, afora os inúmeros problemas trabalhistas e ambientais literalmente vinculados a destruição de todo um bioma natural irreproduzível, demonstra o caráter cada vez mais destrutivo e predatório do capital em nossos tempos. O crescimento Chinês, último “bastião” da acumulação internacional, continuará por algum tempo e, enquanto isto ocorrer, os instrumentos indiretos de concentração do mais-valor continuarão operando em benefício dos principais capitais internacionais. Isto implica que as lutas dos trabalhadores e dos povos contra as empresas responsáveis por executar tais instrumentos se tornará ainda mais reprimida pelo Estado e pelo poder social dos interesses do capital.

A dimensão abstrata em que apresentamos nossos argumentos não impedem, mesmo sem as devidas mediações, que antecipemos algumas tendências para a estrutura social brasileira como um todo e bem como para o território específico em que ocorre atividade produtiva. Em âmbito nacional está claro que o comprometimento de nosso complexo econômico-político com a produção de *commodities* para o mercado internacional é a *raison d'être* da toda a nossa estrutura produtiva, independentemente de qual verniz político esteja governando neste ou naquele momento, este é nosso “*carma*” capitalista. Do ponto de vista local, também é claro que o capital se utilizará de toda nossa herança e condição histórica para atropelar quaisquer impedimentos que por ventura (em verdade, pelas lutas) pudermos obstar a esta sua finalidade. As consequências deste tipo de atividade, como pontuamos acima, se vincula profundamente às variações financeiras dos preços de mercado destes produtos. E estas oscilações são cada vez mais intensas devido ao tempo crítico que ora vivemos da acumulação global. É uma consequência já mapeada destas oscilações que grandes “desastres” ambientais ocorram nos momentos de baixa dos preços das *commodities* justamente porque, nestes momentos, as empresas tendem a “enxugar” seus custos e um dos primeiros custos a serem são os de fiscalização e

segurança das atividades realizadas. O gráfico elaborado Michael Davies e Todd Martin, presente na coletânea *Questão Mineral no Brasil* (2016), nos mostra que há um aumento dos casos de rompimentos de barragens em cada momento de queda brusca dos preços da *commodities*:



**Figura 9** – Variação dos preços do minério de ferro e incidentes em barragens de rejeitos. Fonte Davies e Martins (2009).

Tudo isto nos leva a pensar que, localmente, os conflitos apontados se acirrarão e qualquer perspectiva de “gestão sustentável” que a ordem apresentar sobre este desenvolvimento da acumulação se mostrará cada vez mais irreal. Somente uma ruptura radical com a lógica da acumulação pode se apresentar como estratégia “sustentável” para as contradições socioambientais que não param de se agravar em nosso tempo.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

BARAN, Paul. E SWEEZY, Paul. **El Capital Monopolista**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BOLTANSKI, Luc. e CHIAPELLO, Ève. **O Novo Espírito do Capitalismo**. Martins Fontes: São Paulo, 2009.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHESNAIS, François. **A Mundialização Financeira**. São Paulo: Xamã, 1998.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LOPES, José de Souza Leite. **O Vapor do Diabo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MACHADO, Rosana Pinheiro. **Made in China**: Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Rio Grande do Sul, 2009. (Doutorado em Antropologia).

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MÉSZÁROS, Istvan. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **A dominação globalizada**: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique (Orgs.) **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, Buenos Aires: 2006.

STREECK, Wolfgang. **Tempo Comprado**. A crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2014.

TROCATE, Charles. e ZONTA, M. **A Questão Mineral no Brasil**. Vol. II. Pará: Editora Iguana, 2016.

\_\_\_\_\_. **A Questão Mineral no Brasil**. Vol. I. Pará: Editora Iguana, 2013

Contato com o autor: Rodrigo Campos Vieira Lima <rodris.vieira@gmail.com>

Recebido em: 19/04/2020

Aprovado em: 31/08/2020

---

i E aqui joga o caráter *sui generis* da economia estadunidense no mercado mundial. Uma vez que este é o principal mercado mundial e detentor da principal moeda internacional, a capacidade de se endividar é proporcional à sua parcela na riqueza *mundial* e com uma margem de ação monetária (de valorizar ou desvalorizar a própria dívida) proporcional à dimensão *internacional* do dólar como moeda universal

ii Marx possui uma importante reflexão sobre o caráter do indivíduo na sociedade capitalista, em que só realiza sua subjetividade enquanto sujeito social amorfo, enquanto massa social polarizada pelas categorias da economia política tal como “consumo” e “produção”; “demanda”, “oferta”; etc.: -“Em contrapartida, no caso da oferta e da demanda, a oferta é igual à soma dos vendedores ou dos produtores de determinado tipo de mercadoria, e a demanda é igual à soma dos compradores ou dos consumidores (individuais ou produtivos) do mesmo tipo de mercadorias. E as somas interagem precisamente como unidades, como forças agregadas. O indivíduo só opera aqui como parte de uma potência social, como átomo da massa, e é nessa forma que a concorrência faz valer o caráter *social* da produção e do consumo”. (MARX, 2017, p.228)

iii Junto à China, todo desenvolvimento industrial ocorrido nos países periféricos ao longo deste mesmo período histórico pagou, cada qual ao seu modo, a mesma espécie de tributo aos interesses dos principais capitais atuantes no mercado mundial e, indiretamente, aos Estados-nação dominantes neste mesmo tempo histórico.

iv Entendemos especulação, neste momento, como uma projeção baseada em determinações tendenciais reais.

v Do ponto de vista do fetichismo inerente a este modo de produção estes capitais se apresentam como portadores de uma valorização segura, devido à sua centralidade na reprodução total da existência social. Inúmeros fundos de pensão de trabalhadores dos países centrais investem as aposentadorias de milhões de trabalhadores nestes setores devido este fetichismo, uma vez que o caráter oscilante destes setores apresenta, na verdade, uma *insegurança* ao investimento.